

Artigo

Violência e morte como Políticas de Estado

Violence and death as State Policies

Renata Adriana de Souza
Jefferson Gustavo dos Santos Campos

Resumo: Nosso objetivo neste trabalho consistiu em discutir a violência de Estado na contemporaneidade, para isso, voltamo-nos ao *Dicionário de Favelas Marielle Franco*, a *WikiFavelas*, plataforma virtual que armazena conhecimentos sobre favelas e periferias. No dicionário, selecionamos trechos dos verbetes *Chacinas em favelas no Rio de Janeiro*, *Chacina de Acarie 32 anos da Chacina de Acari* para analisarmos posicionamentos materializados em tais discursividades e produzimos um gesto de interpretação sobre a chamada “estatização da morte”, lugar da diferença que legitima o direito ao extermínio de determinados sujeitos em comunidades de extrema vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Chacinas; Relações de poder; Violência de Estado.

Abstract: Our objective in this work was to discuss state violence in contemporary times. To do this, we turned to the Marielle Franco Favela Dictionary, WikiFavelas, a virtual platform that stores knowledge about favelas and peripheries. In the dictionary, we selected excerpts from the entries *Chacinas em favelas no Rio de Janeiro*, *Chacina de Acari* and *32 anos da Chacina de Acari* to analyze positions materialized in such discourses and produce a gesture of interpretation about the so-called “nationalization of death”, a place of difference which legitimizes the right to extermination of certain subjects in communities of extreme social vulnerability.

Keywords: Massacres; Power relations; State violence.

Introdução

Práticas de extrema violência são reproduzidas desde a colonização, portanto, seremos breves em nossa incursão pela linha do tempo. Vamos situar o começo da nossa discussão em 1964, início da ditadura empresarial-militar no Brasil, tendo em vista as mudanças ocorridas no período que deixaram marcas, de diferentes formas e formatos, na vida e no cotidiano de muitos em dias atuais. Entre as marcas que dizem tanto sobre o país e as relações de desigualdade-subordinação existentes, temos políticas de Estado violentas que reprimem, torturam, humilham, matam e são direcionadas a espaços e pessoas que se encontram principalmente em situação de vulnerabilidade social, a maioria desses sujeitos são jovens negros; o espaço consiste nas periferias existentes em lugares excluídos do dia-a-dia das cidades.

Entre essas políticas de Estado violentas estão as chacinas, palavra que, em sua etimologia,

significa o ato de esquarterar e salgar porcos. De acordo com Hirata, Grillo, Lyra e Dirk (2022), no Rio de Janeiro, entre os moradores de favelas, chacina tem um sentido político e é utilizada para nomear ataques, principalmente, a civis e, de modo geral, são praticadas por grupos de extermínio cuja atuação conta com a participação de policiais e outros agentes da segurança ativa. Há ainda um sentido estatístico para o termo, toda ação policial com três ou mais mortes de civis.

A presença das chacinas no cotidiano da vida da população brasileira é um indicativo assustador da violência de estado contra segmentos sociais específicos. O número crescente desses massacres configura em um fenômeno denominado de estatização da morte (Hirata, Grillo, Lyra e Dirk, 2022), tendo em vista que a letalidade policial tem respaldo do Estado. Esse cenário não é estanque, a forma de organização das chacinas mudou dos anos de 1990 para os anos 2000, fato que contribuiu significativamente para o crescimento do número de mortes violentas.

Diante de tal conjuntura, nosso objetivo com esse trabalho foi discutir a violência como política de estado. Para isso, fizemos breves considerações relacionadas à forma como a ditadura empresarial-militar contribuiu para o crescimento e organização de grupos de extermínio; na sequência, nos voltamos ao *Dicionário de Favelas Marielle Franco*, a *WikiFavelas*, plataforma em formato Wiki lançada em 2019, com o apoio do CNPq e da FIOCRUZ. Percebemos no dicionário uma importante ferramenta do século XXI de produção, armazenamento e circulação de narrativas outras sobre sujeitos negros moradores de favelas. Essas narrativas são lugares de memória e é nesse sentido, para não deixar esquecer aqueles que vivem e morrem devido a violência de Estado, que selecionamos os verbetes *Chacina nas favelas do Rio de Janeiro*, *Chacina de Acari* e *32 anos da Chacina de Acari*, mais especificamente, selecionamos trechos desses verbetes como *corpus* deste trabalho. Consideramos necessária essa discussão, tendo em vista que as chacinas são práticas diretamente relacionadas à estatização da morte, trata-se de uma política de extermínio de jovens negros de periferias e o modelo carioca se espalha rapidamente para o restante do Brasil.

Ditadura empresarial militar, violência e morte - discussões raciais

O golpe empresarial-militar de 1964 estabeleceu um regime repressivo que durou 21 anos, até 1985, no entanto, os efeitos desse período e a ausência de punição aos crimes praticados contribuíram para o estabelecimento de uma democracia deformada (Brum, 2019) em nosso país. Para abordarmos parte dessa deformação, inicialmente, vamos discutir as condições materiais que possibilitaram a instalação da ditadura. O livro *Brasil Nunca Mais* (BNM, 1985, p. 57-58) expõe que entre os anos de 1962 a 1964, houve um rápido crescimento das lutas populares que culminou em ampla mobilização dos trabalhadores sindicalizados às lutas por “Reformas de Base”. É desse período a criação das Ligas Camponesas que somaram 2181, espalhadas por 20 estados, e pelo aumento das lutas rurais, assim como maiores reivindicações por Reforma Agrária. Nas cidades, diversos grupos também se mobilizaram pela Reforma Agrária, por mudanças na estrutura educacional e pela contenção da remessa de lucros. O âmbito parlamentar, por sua vez, organizou uma frente nacionalista para aumentar a pressão pelas reformas. Esse cenário estimulou a organização do golpe de 1964 dentro e fora do Brasil:

Antes, porém, que todo esse clima de efervescência ameaçasse de verdade o poderio das elites alarmadas, o esquema golpista, agora estimulado abertamente pela CIA, a agência central de inteligência dos Estados Unidos, lança-se aos preparativos finais para o desenlace (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 58).

Temos toda uma documentação que comprova que o golpe serviu aos interesses dominantes e ao estabelecimento de uma “nova ordem” social. Gonzalez ([1982] 2022) expõe que a “nova ordem” tinha por objetivo a “pacificação” da sociedade civil, em nossa história, isso significa formas violentas de silenciamento dos setores populares e de sua repressão política: “quando se lê pacificação, entenda-se repressão” (Gonzalez [1982] 2022, p. 17). Em termos econômicos, houve o chamado “milagre econômico” brasileiro que consistiu na Tríplice Aliança entre o estado militar, as multinacionais e o grande empresariado nacional. Para as massas, principalmente para a população negra, essa relação determinou ainda mais o seu empobrecimento, tendo em vista o estabelecimento do arrocho salarial.

A entrada agressiva do capital estrangeiro no país ampliou o seu parque industrial, mas resultou em uma desnacionalização ou desaparecimento das pequenas empresas e era por essas empresas que o trabalhador negro participava do mercado de trabalho industrial. No campo, com o fim violento das ligas camponesas, a pequena propriedade rural foi substituída por latifúndios, constituídos por parte das grandes corporações multinacionais com o apoio do governo militar. O capitalismo invadiu todos os setores da economia brasileira e ocasionou grandes índices de desemprego no campo. Nessa conjuntura, o trabalhador rural, para fugir da miséria, deslocou-se do campo para as periferias dos grandes centros urbanos. O êxodo rural fez as cidades “incharem” com o aumento do número de favelas e os trabalhadores se tornaram mão-de-obra barata (em sua maioria negra), porque não era qualificada. Nesse cenário de exploração, o trabalhador negro conseguiu espaço na construção civil, tendo em vista as grandes obras realizadas, construções, rodovias etc., e na prestação de serviços, grande esquadro de mão de obra barata, (limpeza urbana, serviços domésticos, segurança).

Essas condições materiais de existência precisam ser pontuadas, tendo em vista estarem associadas à divisão racial do espaço. Gonzalez ([1982] 2022) destaca que o lugar do negro sempre foi da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados, entre outros espaços de extrema vulnerabilidade social. Além disso, a presença policial é constante nesses lugares para reprimir, violentar e amedrontar. O objetivo da repressão policial consistia em impor condições de subordinação a partir do medo, com isso, buscou-se impedir qualquer forma de unidade ou organização do grupo dominado. A justificativa do modo de atuação do aparelho repressivo se deu por meio de um discurso que estabelecia a ordem e a segurança nacional – o que é próprio do modelo de gestão do Pacto de Segurança: uma tecnologia de poder que se ocupa em garantir à população a segurança necessária para o seu desenvolvimento, ainda que ele seja presumido como iminente. Desse modo, o Estado garante esse modelo de alerta constante no que se refere ao combate do que ele considera ou produz como perigo à ordem social (Campos 2021).

Temos uma polícia violenta que se formou para defender os interesses de grupos dominantes, brancos e que ocupavam bairros tradicionais na cidade. A repressão policial, por possuir um modo de funcionamento racista, produziu a imagem do bandido que passou a estar diretamente relacionada

aos jovens negros, moradores das favelas e que passaram a ser os maiores alvos da violência de Estado. Veículos de imprensa contribuíram com o quadro descrito, tendo em vista assumirem um posicionamento a favor desses policiais que matavam, passando a significá-los como heróis nas narrativas diárias em circulação. Houve denúncias de escândalos de corrupção envolvendo esses grupos, associação com o crime organizado, jogo do bicho, e recebimento de lucros ilegais, mas não foram suficientes para abalar a prática de extermínio.

Os policiais matadores valiam-se da tensão política que mobilizava as Forças Armadas durante a ditadura. Em dezembro de 1968, com a decretação do AI-5, os militares organizaram uma máquina de inteligência e combate à guerrilha, eles tentavam impedir que os ideais revolucionários se espalhassem, por isso os direitos civis foram suspensos, jornais e livros censurados. A máquina de guerra militar agia contra os comandos revolucionários, no campo e nas cidades, para impedir que a guerrilha inflamasse o país. Essa rede de combatentes dividiu as Forças Armadas entre os oficiais de gabinete e aqueles que atuavam de forma violenta nos aparelhos repressivos.

Muitos policiais que agiam em grupos de extermínio ingressaram na máquina de guerra urbana, atuando no combate a opositores nos dez Departamentos de Operações de Informação (DOIS) espalhados pelo país, somados aos policiais do Destacamento de Ordem Política e Social (Dops) e aos militares do Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e Centro de Informações da Marinha (Cenimar), órgãos que formavam a espinha dorsal da repressão. A Polícia Militar, reformulada em 1969, assumiu papel crescente nos confrontos travados nos territórios pobres das favelas, morros e periferias (Manso, 2020, p. 146).

A relação entre criminalidade, favelas e jovens negros foi produzida pelo Aparelho Repressivo do Estado, grupos de policiais que possuíam interesses econômicos e de poder bem definidos, isso fez com que as comunidades de maior vulnerabilidade social se tornassem áreas preferenciais dos esquadrões da morte. Tal relação teve apoio do estado militarizado e de empresários de diversos setores, entre eles, do setor da comunicação, tendo em vista o posicionamento favorável assumido por veículos de imprensa. Nesse sentido, o racismo e a violência como política de Estado consistem em “técnicas” de gestão dos sujeitos negros no meio social e atuam de forma determinante para:

(...) marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é “impossível” que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que tenha sido eleito para tal função e que não o tenha sido, etc...(Pêcheux, [1983] 2006, p. 30).

As técnicas de gestão em questão, baseadas em violência e morte por parte do Estado, são

sustentadas pelo racismo em seu funcionamento tático. De acordo com Sodré (2023), o racismo brasileiro ainda perdura no interior de um efeito permanente da antiga estrutura escravista, ou seja, trata-se de uma herança colonial e autoritária de práticas patrimoniais das classes dirigentes a que aderiu a burguesia industrial nativa. O racismo sempre atravessou nossa formação social, sendo que seu funcionamento está associado à configuração de um sistema excludente, considerando práticas intersubjetivas que se relacionam a uma forma de vida enraizada na escravidão, política e juridicamente abolida. Esse efeito atravessa os níveis econômico, societário e institucional, por isso, para Sodré (2023, p. 57), o imaginário da raça está na base da definição de classe social no Brasil, ou seja, a classe social é sempre racializada: “Em outras palavras, o Estado estabelece os meios necessários para que a violência sistêmica seja incorporada às práticas cotidianas” (Campos, Casteleira, Félix, 2022, p. 198).

Nessa conjuntura, podemos dizer que o espaço administrativo político e econômico se aproveitou do racismo existente ao produzir a relação parafrástica entre criminalidade e jovens negros. Esses sujeitos ficaram marcados, classificados como marginais tanto pela polícia como por uma parcela dominante socialmente. A política de gestão do Estado construiu o lugar natural do negro como sendo as prisões e os hospícios. A sistemática repressão policial, em seu caráter racista, teve por objetivo reprimir, violentar e amedrontar o sujeito negro. Nesse espaço administrativo, as coerções lógico-disjuntivas são estabelecidas: “segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário” (Gonzalez, 2022, p. 22).

Para entendermos melhor esta discussão, trazemos o trabalho de Carneiro (2023, p. 58), para quem o racismo consiste em um dispositivo de poder nas sociedades multirraciais de passado escravocrata e opera como um disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais, associando as contradições de classe e raça. O dispositivo da racialidade, como ela caracteriza, trata, portanto, do modo como o racismo funciona como tática de poder baseado na seleção e garantia da vida da população eleita como seu foco, em detrimento daqueles que devem sucumbir ante ao poder de morte gerenciado pelo estado em sua função de garantidor da segurança. Com isso, esses sujeitos negros foram marcados e classificados como bandidos e degenerados, legitimando as práticas de violência extrema a eles direcionadas.

O dispositivo da racialidade explica o modo pelo qual o extermínio policial de pessoas negras não apenas se tornasse foco das políticas de governamentalidade estabelecidas pelo Estado, mesmo após a democratização, como também construiu as justificativas para que essa mesma população fosse sistemicamente aceita como alvo desse modelo de política. A figura do bandido permanece associada ao jovem negro de periferia e outros sentidos foram a ele atribuídos, passaram a ser considerados os grandes responsáveis pela violência urbana. Isso contribuiu para que os crimes policiais fossem tolerados, ou seja, os assassinatos, as chacinas, continuam devido ao objetivo de proteger o “cidadão de bem”.

Carneiro (2023) também mobiliza, em suas reflexões teóricas e analíticas, o conceito de biopoder de Foucault (2005) e seu funcionamento no interior da biopolítica. A biopolítica é centrada na vida, é uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprias de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva. Isto é, a biopolítica visa à segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. Trata-se de uma nova forma de tomada de poder na sociedade que regulamenta os processos de vida (natalidade, mortalidade, longevidade) os quais passam

a ser medidos e programados. É o direito de intervir para fazer viver a massa da população.

No entanto, a biopolítica, mesmo tendo por foco a vida, contraditoriamente, exerce também o direito de matar. Isso só é possível mediante o racismo que foi inserido nos mecanismos internos do Estado pela emergência do biopoder: “O racismo cumpre o papel de fragmentar o corpo biológico, do qual o poder tomou conta, para dividi-lo conforme ‘raças’ e assim introduzir um corte entre quem deve viver e quem deve morrer” (Carneiro, 2023, p. 63).

Carneiro (2023) enfatiza a função do racismo no interior de uma lógica de guerra anterior ao Estado e ao racismo moderno. Trata-se de uma relação de tipo guerreiro compatível com a biopolítica em que a morte do outro (considerado degenerado, raça inferior) promove a vida da raça mais sadia e mais pura. Nesse sentido, o racismo é primordial para que o biopoder cuja função é promover a vida, venha a matar. O racismo fragmentou o campo biológico. A partir desse fato que se torna possível abolir, eliminar as raças “ruins” por meio do biopoder. Essa morte não significava apenas o assassinio direto, mas tudo que pode ser relacionado a um assassinio indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc. Podemos nos voltar às palavras de Foucault (2005):

Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2005, 306).

Diante de tais considerações, Carneiro (2023) inscreve a negritude no que pode ser considerado como direito de morte em um regime de biopolítica, considerando as distinções relacionadas no processo de nascer-adoecer-morrer ou no processo viver-morrer de negros e brancos na sociedade brasileira. Há condições diferenciadas para os indivíduos em sociedade e isso é decorrente da forma como o racismo se materializa em nossa formação social. Isso significa que, de um lado, as políticas de vida garantem o direito à seguridade da vida e, de outro, desconstituem, no nível dos saberes, dos poderes e da constituição dos sujeitos, o direito à vida, dado que algumas vidas estão na mira da atuação das políticas de morte do Estado. Sob tais condições, na sequência, analisaremos o funcionamento do dispositivo da racialidade em relação à atuação de grupos de extermínio, pois consideramos que o *corpus* analisado é da ordem desse funcionamento da política de fazer morrer e deixar morrer. Isso será feito a partir de um material selecionado do Dicionário de Favelas Marielle Franco.

Produção de sentidos no dicionário eletrônico

O Dicionário de Favelas Marielle Franco, a WikiFavelas, é uma plataforma virtual de acesso aberto para a coleção, produção e circulação de conhecimentos sobre favelas e periferias. A plataforma estimula o desenvolvimento de um campo de conhecimento sobre as favelas e periferias de todo o Brasil. Isso é feito por meio da articulação de uma rede constituída de colaboradores diversos tanto de academias

quanto das instituições produtoras de conhecimentos existentes nos próprios territórios. O projeto do Dicionário tem por objetivo ser um lugar de memória e de identidades dos moradores das favelas.

Considerando nosso propósito, selecionamos como entrada no material de análise o verbete *Chacinas em favelas no Rio de Janeiro* e nos deparamos com a seguinte definição:

SD 1:

O presente verbete reúne informações em diferentes formatos sobre chacinas realizadas em favelas do Rio de Janeiro, como levantamento de dados de frequência, número de mortos, artigos e pesquisas acadêmicas, materiais audiovisuais e afins. O trabalho é fruto de uma parceria entre o Dicionário de Favelas Marielle Franco com os grupos GENI/UFF^I, Grupo CASA (IESP-UERJ)^{II} e Radar Saúde Favela (Fiocruz) (...)

Além da discussão sobre as chacinas em si, compreendemos que é importante ampliar os olhares sobre políticas urbanas, políticas de segurança pública e surgimento de alguns movimentos sociais, para construir um painel sobre outros temas que, de alguma forma, possuem relação com as chacinas no estado do Rio de Janeiro. (Dicionário de Favelas Marielle Franco, s/d).

Podemos dizer, a partir dos dizeres/definição, que a WikiFavelas vai além de um dicionário, tendo em vista que “reúne informações em diferentes formatos sobre chacinas” (Dicionário de Favelas Marielle Franco, s/d). Esse trabalho de seleção e organização de diferentes materialidades discursivas consiste em um arquivo em movimento, em constante construção. Aqui nos baseamos no conceito de arquivo de Foucault ([1969] 2002, p. 149): “sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. Segundo o filósofo, o arquivo não possui caráter institucional, pois seu funcionamento é mais complexo e está relacionado às relações de força existentes, delineando a lei do que pode circular, na forma de discurso, numa dada sociedade, num dado momento da história como um verdadeiro da época.

O conceito de arquivo, nessa perspectiva, consiste em um sistema que determina o funcionamento de um enunciado como um nó numa rede de outros enunciados que, com ele, mantém, sob certo domínio, uma relação de parentesco. No entanto, esse funcionamento não é estanque, fechado ou eterno, pois as relações de sentido, no interior desse objeto, podem se manter, sofrer rupturas, transformar-se, esfumçar ou mesmo desaparecer em diferentes condições históricas. Por isso, Foucault ([1969] 2002, p. 150) caracteriza o arquivo como um sistema responsável pela formação e também pela transformação dos enunciados.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (Foucault, 2002, p. 149).

I GENI/ UFF é o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense.

II CASA é um Grupo de pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

É a partir dessa perspectiva que consideramos o Dicionário de Favelas Marielle Franco como uma ferramenta cujo funcionamento vai além do que entendemos por um dicionário tradicional. Para além de um instrumento linguístico que responde à urgência histórica de seu aparecimento, trata-se de um arquivo que, embora esteja vinculado a determinadas instituições como, por exemplo, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Fiocruz, não se restringe a elas, tendo em vista a plataforma possibilitar que outros sujeitos, organizações, coletivos e movimentos atuantes em comunidades possam contribuir com o seu crescimento e fortalecimento.

Com o objetivo de ser um lugar de memória, a WikiFavelas estabelece uma rede entre o verbete Chacina nas Favelas do Rio de Janeiro a outros verbetes a ele relacionados, alguns deles são: *Principais Chacinas* (nesse verbete são listadas 50 Chacinas que marcaram a cidade do Rio de Janeiro); *Chacina de Acari* (26 de julho de 1990); *32 anos da Chacina de Acari*; *32 anos uma homenagem às mães de Acari*; *Chacina da Candelária – Rio de Janeiro*; *30 anos da Chacina da Candelária*; *Rio de Janeiro de 2019 a 2022* (este verbete é produzido com as principais chacinas ocorridas no período de 2019 a 2022, durante os governos de Wilson Witzel e Cláudio Castro) etc. Como podemos perceber, os verbetes remetem a outros verbetes e formam uma rede de sentidos sobre o Estado e as políticas de violência extrema praticadas em relação aos moradores dessas comunidades. Essa rede iniciou na última década do século XX e atravessou as primeiras décadas do século XXI, período democrático brasileiro.

Para entender melhor o funcionamento dessa rede, vamos nos voltar a outro verbete: *Chacina de Acari*. Em relação a esse verbete, o Dicionário de Favelas Marielle Franco apresenta o que foi a Chacina de Acari, a história do crime, o filme sobre a chacina e o nome das vítimas, material produzido em parceria entre os grupos GENI/UFF, RADAR SAÚDE FAVELA e CASA (IESP-UERJ). No verbete, temos ainda outro texto sobre o acontecimento produzido pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, selecionamos este último material como corpus de análise:

SD 2:

Na noite de 26 de julho de 1990, onze jovens, a maioria moradores da favela de Acari ou de suas proximidades, foram levados à força por homens que se diziam policiais, do sítio em que se encontravam em Magé, região metropolitana do Rio de Janeiro. Os onze desaparecidos foram Rosana Souza Santos (17 anos); Cristiane Souza Leite (17); Luiz Henrique da Silva Euzébio (16); Hudson de Oliveira Silva (16); Edson Souza Costa (16); Antônio Carlos da Silva (17); Viviane Rocha da Silva (13); Wallace Oliveira do Nascimento (17); Hédio Oliveira do Nascimento (30); Moisés Santos Cruz (26); Luiz Carlos Vasconcelos de Deus (32). Em janeiro de 1993, Edméia da Silva Euzébio, mãe de Luiz Henrique da Silva Euzébio, foi assassinada enquanto saía de um presídio, onde fazia investigações por conta própria em busca de informações que levassem a solucionar o caso. A Anistia Internacional relatou em 1994 que os sequestradores haviam sido identificados pelo setor de inteligência da Polícia Militar como sendo policiais militares do 9º Batalhão da Polícia Militar em Rocha Miranda e como detetives do Departamento de Roubo de Carga, da 39ª Delegacia de Pavuna. A investigação indicava que os policiais militares envolvidos vinham extorquindo algumas das vítimas antes do sequestro. Segundo denúncias feitas na época do caso, alguns desses policiais seriam integrantes de um grupo de extermínio denominado “Cavalos Corredores” (...) A “Chacina de Acari” ficou marcada como o primeiro

grande crime envolvendo várias vítimas de uma só vez, cometido por policiais, em serviço ou não, contra moradores de favelas e periferias pobres, após o restabelecimento do regime democrático. As “Mães de Acari” se tornaram símbolo de uma longa e difícil luta por justiça, iniciando um caminho trilhado por muitas mães, pais, irmãos e amigos de vítimas do Estado que se seguiram... sem os corpos nunca houve processo judicial...; o inquérito não foi concluído e ninguém foi denunciado pela justiça. Em 2010, transcorridos vinte anos do ocorrido, o caso prescreveu e foi arquivado (...) (Dicionário de Favelas Marielle Franco, s/d).

Podemos aqui nos voltar ao funcionamento do biopoder e à prática de deixar morrer direcionada, como dito anteriormente, a grupos a que se tem hostilidade e desprezo pela existência, por isso, a eliminação do outro, considerado raça inferior e indesejável. Podemos dizer que o biopoder institui a violência como política de Estado, isso é feito por meio de seus aparelhos repressivos, policiais e grupos de extermínio, estrutura que funciona para “fazer morrer” aqueles marcados como indesejáveis, como Edméia da Silva Euzébio, mãe de uma das vítimas, assassinada na saída de um presídio, onde fazia investigações por conta própria em busca informações que levassem a solucionar o caso: “O biopoder aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver” (Carneiro, 2023, p. 65).

O dispositivo de racialidade é uma forma de gestão dos indivíduos no meio social. Para o sujeito negro, significa que eles serão submetidos a péssimas condições de vida, situações diversas de violência que, normalmente, são cometidas em lugares específicos. Em relação a essa questão, é importante pontuar que Rosana Souza Santos (17 anos), Cristiane Souza Leite (17), Luiz Henrique da Silva Euzébio (16), Hudson de Oliveira Silva (16), Edson Souza Costa (16), Antônio Carlos da Silva (17), Viviane Rocha da Silva (13), Wallace Oliveira do Nascimento (17), Hédio Oliveira do Nascimento (30), Moisés Santos Cruz (26) e Luiz Carlos Vasconcelos de Deus (32), foram extorquidos (embora já vivessem em condições vulneráveis), levados à força de um sítio em Magé, um dos municípios da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, e mortos. É Lélia Gonzalez (2022) quem nos ajuda a entender a situação da Baixada Fluminense desde o período da ditadura é Gonzalez:

A Baixada Fluminense, nesse sentido, apresenta-se como exemplo privilegiado (exemplo de violência e péssimas condições de vida). Seu crescimento populacional (a “inchação” de que falamos) gerou suas cidades-dormitórios e, em pouco tempo, levou-a a ocupar as manchetes do noticiário policial; foi transformada em área preferencial da ação dos esquadrões da morte e congêneres. Seus habitantes logo se acostumaram a um novo componente da paisagem: os “presuntos” (cadáveres) “desovados” pelos “justiceiros” da nova ordem. Vale notar que 70% desses “justiçados” eram negros (Gonzalez, 2022, p. 23).

O dispositivo da racialidade operando juntamente ao biopoder, conforme já expusemos, disciplina, ordena e estrutura as relações raciais e sociais. Nessa conjuntura, as organizações arquitetônicas são também contempladas. De acordo com Carneiro (2023), a imagem da Casa-Grande & Senzala são reproduzidas historicamente em outros binômios estruturais: arranha-céus & favelas, mansões & cortiços, palafitas, quilombos etc. Essas organizações, regidas por relações de poder e controle, estabeleceram

lugares específicos para a existência negra e instituiu a pobreza e a violência como condições crônicas dessa existência.

Diante disso, o sequestro e a morte dos jovens moradores da favela de Acari remontam, pela memória, os assassinatos realizados pelos esquadrões da morte durante o período da ditadura empresarial-militar, mas também expõe a atualidade da prática. Se no período da ditadura os cadáveres (presuntos) eram deixados em público, nas favelas e comunidades, para serem vistos e cultivar o medo nos moradores, na redemocratização, os corpos precisaram desaparecer, pois denunciam o crime cometido. Os assassinos de Acari são policiais militares que fazem parte de grupos de extermínio, tal como na ditadura, e continuam atuando nos lugares onde vive a população negra e pobre das cidades. Assim como aconteceu durante a ditadura, esses grupos continuam ilesos, sem punição. A violência como política de Estado faz parte do Dispositivo de Racialidade e funciona como forma de gestão social, agindo de forma a “fazer morrer” os indesejáveis. Note-se, nesse caso, que estamos diante de uma lei de funcionamento dos enunciados no interior do arquivo.

Nessa sequência discursiva (SD), temos a produção de sentidos sobre a primeira chacina cometida após o fim da ditadura empresarial-militar, no período democrático. No entanto, a extrema violência das práticas contra esses 11 jovens, 8 deles menores de idade, e suas famílias, remete aos crimes cometidos durante a ditadura. Nesse sentido, consideramos a chacina de Acari como um acontecimento, o ponto de encontro de uma memória e uma atualidade.

Em nossa busca pelo arquivo da WikiFavelas sobre a Chacina de Acari, nos deparamos com o depoimento/ testemunho de Delay de Acari, poeta, animador cultural, defensor de direitos humanos e ativista afrocomunista.

SD 3:

Em novembro de 1970, pouco mais de um mês após eu ter completado dezesseis anos, lá por volta de duas, três da tarde, eu jogava bola com um grupo de rapazes, mais ou menos da minha idade, alguns mais velhos, no campo do tricolor, no bairro Centenário, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, quando apareceu um ônibus e duas viaturas de polícia. O campo foi cercado, todos nós fomos enquadrados, presos e colocados dentro do ônibus. Éramos cerca de 30 rapazes. No meio do caminho, um dos policiais me reconheceu como o Bidu, neto da dona Guimar, do Esporte Clube Expressinho e perguntou com quem eu estava. Eu aponte um rapaz, que estudava comigo no colégio Aquino e fomos liberados. Três dias depois, oito ou dez corpos dos rapazes que foram presos com a gente foram encontrados boiando no rio Sarapuí, outros permaneceram presos e mais uns cinco ou seis, apareceram com os corpos crivados de balas, no Jardim Metrópole, numa área deserta. Eu quase fui desaparecido, com dezesseis anos. Eu fui liberado, não fui assassinado, graças a ser neto da dona Guimar.

Vinte anos depois, já com atividade política, não morando em Acari, mas morando na zona oeste da cidade, depois de ter ficado em Acari de 1974 a 1986, eu recebo a notícia do desaparecimento dos onze filhos das mães de Acari. Isso me lembrou do acontecido 20 anos antes (...) (Dicionário de Favelas Marielle Franco, s/d).

Esse depoimento faz parte de um especial sobre os 32 anos da Chacina de Acari produzido pelo

Le Monde Diplomatique Brasil em parceria com o Radar Saúde Favela – Fiocruz, em 2022. O depoimento será aqui analisado com um testemunho de resistência, tal como esse conceito é abordado por Mariani (2019; 2021). Para analisar um testemunho de resistência, inicialmente, precisamos considerar a violência de Estado e seu discurso político de legitimação, ou seja, o uso do aparelho repressivo para produzir um efeito de legitimação de ações violentas.

Nesse sentido, a imposição de práticas de violência é discursivizada como legítima pelo poder político hegemônico e por parte da sociedade com poder de mando. Diante disso, os invisíveis são discursivizados a partir do posicionamento das autoridades que ocupam lugares de poder e são significados como perigosos, imprevisíveis, maus etc. Os testemunhos que denunciam essas formas de violência existentes, nos possibilitam refletir sobre as desiguais relações de exercícios de poder.

O testemunho de Delay de Acari abre fissuras nas versões oficiais que, desde o período da ditadura civil-militar, significa jovens negros e moradores de comunidades como marginais. Ao lembrar do jogo de futebol realizado em novembro de 1970, na Baixada Fluminense, interrompido por policiais, que colocaram 30 rapazes em um ônibus, a memória da violência gratuita e de mortes ocorridas sem justificativas (tendo em vista que o grupo jogava futebol) é atualizada.

Delay de Acari, em seu testemunho, expõe que poderia ter sido desaparecido aos 16 anos, não ocorreu por ser neto da dona Guiomar, no entanto, muitos daqueles rapazes que jogavam futebol perderam a vida de forma violenta e seus corpos apareceram dias depois. Esses dizeres se entrelaçam a outros testemunhos, outras histórias sobre jovens negros sequestrados e mortos por agentes do Estado cujos corpos ou desapareceram ou foram “desovados” em diversos lugares periféricos como, por exemplo, na Baixada Fluminense, uma das áreas preferenciais dos esquadrões da morte, de acordo com Gonzalez (2022), anteriormente citada, sendo que 70% das vítimas eram negras.

A chacina de Acari, da década de 1990, e os 11 jovens desaparecidos cujos corpos nunca foram encontrados, remetem à chacina – narrada por Delay de Acari – que ocorreu 20 anos antes, em 1970. A memória das chacinas como violência de Estado continua sendo atualizada e essa é uma realidade cada vez mais constante nos dias atuais. Reitera-se, nesse sentido, a condição de “indivíduo a ser corrigido” (Dicionário de Favelas Marielle Franco, s/d), que escorre pelas veias do estado sobre o corpo negro desde o pós-abolição. O dispositivo da racialidade estrutura de forma desigual as relações raciais e sociais, nesse sentido, ao classificar sujeitos negros como marginais, bandidos e degenerados legitima as práticas de extrema violência a eles direcionadas com o objetivo de manter a “pacificação e proteger” o “cidadão de bem”, isto é, a classe dominante e as relações de poder estabelecidas.

Algumas considerações

A história do Brasil, desde a colonização, é marcada por políticas violentas de Estado sendo que a prática de extermínio sempre atuou como um poderoso aliado na manutenção das relações de dominação. Com o golpe empresarial-militar, surgiram segmentos ainda mais especializados nessa função, os chamados grupos de extermínio, que conforme discutimos, eram apoiados por setores hegemônicos como empresários, políticos e policiais, esses grupos matavam sob a justificativa de pacificar e proteger o

Estado. No entanto, a prática se aperfeiçoou no período democrático e seu funcionamento faz parte das condições de produção e reprodução das relações de poder em nosso país.

Buscamos, neste trabalho, a partir de materialidades sobre a chacina de Acari, discutir que o massacre contra comunidades negras em favelas e periferias configuram políticas racistas que tem dizimado sujeitos com o aval do Estado. O funcionamento discursivo do WikiFavelas acena para um modo de composição dos enunciados que podem circular sob um regime de discurso verdadeiro na ordem do contemporâneo. No calor da escrita da história do século XXI, as insistentes investidas do Estado sobre favelas e comunidades às margens das grandes metrópoles brasileiras, não raro, televisionadas diuturnamente, circulam normalizadas, sob a égide do trabalho de garantir à população – notadamente a não negra – o seu direito à vida. A população negra brasileira, assinalada como não povo desde o pós-abolição pelo funcionamento do Dispositivo de racialidade, constitui foco das políticas de vida e morte que compõem o arquivo da história nacional.

A estatização da morte (Hirata, Grillo, Lyra e Dirk, 2022), legitima o direito ao extermínio, as chacinas, e mostra que nosso sistema democrático é deformado (Brum, 2019), aberto a mais deformações, pois é pautado em um imaginário no qual determinadas vidas humanas valem pouco e se sustentam sob um estado contínuo de violência.

Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas** – Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago, 2019.

CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. A emergência do intelectual específico em práticas discursivas de transgressão: relatar a si mesmo como aleturgia no documentário

resgates. 2021. 137 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021. Disponível em: Disponível em: http://www.ple.uem.br/jefferson-gustavo-dos-santos-campos_tese.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

CAMPOS, Jefferson.; CASTELEIRA, Rodrigo Pedro; FÉLIX, Paloma. Espaços enunciativos informatizados e a política de cancelamento: notas a partir de um caso de racismo. In: ROMUALDO, Edson. Carlos; SANTOS, Elaine de Moraes (Orgs.). **Linguagens, mídias e tecnologias**. São Carlos: Pedro e João, 2022, p. 195-210.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Chacina de Acari. In: Dicionário de Favelas Marielle Franco. 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_de_Acari_-_26_de_julho_de_1990 . Acesso em: 1 dez. 2023.

32 anos da chacina de Acari. Dicionário de Favelas Marielle Franco. 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/32_anos_da_chacina_de_Acari . Acesso em: 1 dez. 2023.

Chacinas em favelas no Rio de Janeiro. In: Dicionário de Favelas Marielle Franco. 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_em_favelas_no_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 1 dez. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na Última Década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HIRATA, Daniel *et al.* **A chacina sem capuz e a estatização das mortes**. Revista Piauí, 2022. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/chacina-sem-capuz-e-estatizacao-das-mortes/>. Acesso em: 1 set. 2023.

MANSO, Bruno Paes. **República das Milícias**. São Paulo: Todavia, 2020.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 2006

SODRÉ, Muniz. **O Fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.